

Superior Tribunal de Justiça

**Acordo no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 50.198 - SP
(2016/0034057-2)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
REQUERENTE : CONDOMÍNIO EDIFÍCIO SAUSALITO RESIDENCE FLAT
ADVOGADOS : LUIZ ANTÔNIO SCAVONE JÚNIOR - SP153873
OTHON TEOBALDO FERREIRA JÚNIOR E OUTRO(S) - SP228156
REQUERIDO : INSTITUTO DIVINISTA
ADVOGADO : PAULO CÉSAR MACEDO E OUTRO(S) - SP096571

DECISÃO

Cuida-se de recurso em mandado de segurança, interposto por CONDOMÍNIO EDIFÍCIO SAUSALITO RESIDENCE FLAT, em face do acórdão de fls. 1117-1121 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Nas razões da insurgência, a parte alegou, em resumo, ser ilegal e abusivo ato praticado por desembargador daquela Corte estadual que "estabeleceu conflito positivo entre a r. Decisão proferida no Recurso de Apelação nº 0190978-42.2011.8.26.0100 em trâmite perante a 4ª Câmara de Direito Privado e a r. Decisão proferida no Agravo de Instrumento nº 2006689-75.2013.8.26.000 em trâmite perante a 8ª Câmara de Direito Privado" (fl. 1126 e-STJ)

Às fls. 1210-1256 (e-STJ), o recorrente CONDOMÍNIO EDIFÍCIO SAUSALITO RESIDENCE FLAT noticiou a celebração de acordo entre as partes, nos autos das "Apelações interpostas na AÇÃO REIVINDICATÓRIA C/C PERDAS E DANOS de nº 0107533-29.2011.8.26.0100 e na AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER nº 1005772-64.2013.8.26.0100, tendo as transações sido devidamente homologadas pelos respectivos E. Desembargadores Relatores", e informaram que resta, portanto, prejudicado o presente recurso.

É o relatório. Decide-se.

1. A realização de acordo entre as partes, sem quaisquer reservas, configura ato incompatível com o interesse em recorrer, o que foi reforçado pelas partes na cláusula 10 do pacto (fl. 1250 e-STJ).

Ademais, a avença já foi homologada pelo Tribunal *a quo*, conforme as decisões de fls. 1242 e 1253-1255 e-STJ.

Dessa forma, há de se reconhecer a perda do objeto do presente recurso ordinário, tendo em vista a superveniente perda de interesse recursal.

2. Do exposto, com fundamento no art. 932, inciso III, do NCPC e art. 34, IX, do RISTJ, julgo extinto o procedimento recursal, ante a perda do objeto, e determino o retorno dos autos à origem.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

